

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 4.677, DE 2012

Dispõe sobre a criação dos procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira sem fins comerciais dos Pescadores Eventuais, e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCO TEBALDI

Relator: Deputado LUIS CARLOS HEINZE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.677, de 2012, institui uma nova categoria de pescador — o Pescador Eventual — e define procedimentos administrativos para sua inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, de que trata a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

O projeto incumbe o Ministério da Pesca e Aquicultura dos procedimentos de que trata (art. 2º) e estabelece três condições (art. 3º) para a inscrição do Pescador Eventual no RGP, quais sejam: contar com aposentadoria de qualquer natureza, ser maior de dezoito anos e comprovar que não participa de qualquer outra atividade econômica. Ao Pescador Eventual é permitido utilizar embarcação de pequeno porte, classificada como de esporte ou recreio, tendo por finalidade a pesca de subsistência, praticada sem fins lucrativos ou comerciais (art. 10).

Determina-se a suspensão ou cancelamento da inscrição do Pescador Eventual no RGP, entre outros motivos, quando se comprovar o exercício da atividade de pesca como profissão em escala comercial ou a existência de vínculo empregatício em atividade pesqueira (art. 7º).

O art. 8º veda ao Pescador Eventual o benefício de seguro-desemprego durante os períodos de defeso, de que trata a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. O art. 9º enumera situações em que a pesca é proibida ao integrante da categoria em questão. As vedações do *caput* do artigo coincidem com aquelas enumeradas nas Leis nº 11.959, de 2009, e nº 9.605, de 1998, mas o parágrafo único estende em sessenta dias (trinta dias antes e trinta dias após) o período de proibição da pesca, em relação ao defeso estabelecido pelo órgão ambiental competente.

O art. 11 enumera petrechos de pesca permitidos e seu parágrafo proíbe a comercialização ou a industrialização dos produtos que forem adquiridos. O art. 12 permite ao Pescador Eventual filiar-se a associações e a colônias de pescadores, desde que cadastradas em órgão estadual competente.

O art. 13 incumbe o Pescador Eventual de zelar pelo meio ambiente, enquanto o art. 14 estabelece penalidades aplicáveis aos infratores. O art. 15 incumbe o Ministério da Pesca e Aquicultura, com o apoio de órgãos ambientais, de coordenar a regulamentação e de fiscalizar o exercício da Pesca Eventual.

O projeto, que tramita sujeito à apreciação conclusiva das Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, deverá ser apreciado, quanto ao mérito, por esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e, quanto aos aspectos de que trata o art. 54 do Regimento Interno, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Incumbe-nos o Ex^{mo}. Sr. Presidente desta Comissão, de oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 4.677, de 2012, que institui a categoria de Pescador Eventual e dispõe sobre os procedimentos administrativos para sua inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP.

A atividade pesqueira no Brasil passou por um período de desenvolvimento na década de 1960, com a criação da Sudepe (em 1962), tendo sido regulamentada por meio do Decreto-Lei nº 221, de 1967. Posteriormente, atravessou um longo período de decadência e abandono, quando os assuntos respectivos foram sucessivamente geridos por vários órgãos da administração pública federal. Finalmente, no ano de 2009, duas importantes Leis aprovadas pelo Congresso Nacional deram um novo e consistente rumo ao setor: a Lei nº 11.958, pela qual se criou o Ministério da Pesca e Aquicultura, e a Lei nº 11.959, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga normas legais obsoletas e dá outras providências.

A Lei nº 11.959, de 2009, classifica a pesca em comercial e não-comercial. A pesca comercial abrange as categorias artesanal e industrial, enquanto a não-comercial compreende as modalidades científica, amadora e de subsistência. Essa Lei também define pescador profissional como aquele que exerce a pesca com fins comerciais, podendo atuar na categoria artesanal ou na industrial.

A nova categoria que o projeto de lei sob análise pretende instituir — o Pescador Eventual — se caracteriza como uma espécie híbrida, que reúne características de pescador amador aposentado (art. 3º) e de subsistência (art. 10), que teria acesso a recursos pesqueiros para consumo próprio e em apoio à economia familiar. Neste aspecto verifica-se contradição, eis que o cidadão aposentado conta com uma fonte estável de recursos (a aposentadoria), enquanto se entende por subsistência o processo de extração de recurso natural por pessoa física ou núcleo familiar que, não contando com qualquer outra receita, tenha nessa atividade sua principal fonte nutricional. Cumpre observar que a legislação vigente já beneficia o pescador amador aposentado, isentando-o do pagamento de taxa anual, nos termos do art. 29, § 4º, do Decreto-Lei nº 221, de 1967.

Carecem de congruência as disposições do art. 10 do projeto, que permitem ao Pescador Eventual capturar organismos aquáticos com finalidade de subsistência, utilizando embarcação registrada junto à Autoridade Marítima em classe de esporte ou recreio. De modo semelhante, a filiação do Pescador Eventual a colônia de pescador (art. 12 do projeto) parece incompatível, eis que se trata de entidade reconhecida como órgão de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, nos termos da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008.

Em síntese, verifica-se que o projeto, além de repetir disposições existentes em vários diplomas legais em vigor, procura instituir uma nova categoria — que denomina Pescador Eventual — mesclando elementos definidores de várias categorias já existentes, o que, a nosso ver, não traria qualquer benefício ao setor pesqueiro ou ao conjunto da sociedade.

Deixamos de nos manifestar sobre outros aspectos contidos no projeto, como a atribuição de funções ao Ministério da Pesca e Aquicultura ou o estabelecimento de prazo para a regulamentação da matéria pelo Poder Executivo. O Regimento Interno atribui à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania competência para examinar essas questões.

Com base no exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 4.677, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado LUIS CARLOS HEINZE
Relator